



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE IBATÉ
FORO DE IBATÉ
VARA ÚNICA
RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0000882-83.2016.8.26.0233**
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **Wellington Luis Aleixo de Souza e outro**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Eduardo Cebrian Araújo Reis**

Vistos.

WELLINGTON LUIS ALEIXO DE SOUZA e KELVIN HELIO DE SOUZA estão sendo processados pela suposta infração ao artigo 33, "caput", da Lei 11.343/06, porque, de acordo com a denúncia, no dia 2 de setembro de 2016, às 9 horas e 11 minutos, na rua Izaltino de Moraes, n. 60. Jardim Cruzado, nesta cidade de Ibaté, tinham em depósito, sem autorização e em desacordo com determinação legal e regulamentar, para fins de entrega e fornecimento a consumo de terceiros, ainda que gratuitamente, 115 invólucros de "crack".

Defesa preliminar a fls. 164/176.

A denúncia foi recebida em 9 de dezembro de 2016 (fls. 177).

Em audiência procedeu-se à oitiva de três testemunhas e, na sequência, os réus foram interrogados.

As partes manifestaram-se em alegações finais. O Ministério Público requereu a condenação dos réus nos termos da denúncia. A Defesa, por seu turno, requereu a absolvição ou a desclassificação, postulando, subsidiariamente, a concessão dos benefícios legais.

É o relatório.
 Fundamento e decido.

A ação penal é procedente.

A materialidade está demonstrada pelo auto de exibição e apreensão de fls. 45/47 e pelo laudo de exame químico-toxicológico de fls. 53.

A autoria também é certa, conquanto não admitida pelos denunciados.

Interrogados em Juízo, os réus negaram a prática da infração penal que lhes é atribuída asseverando que não havia entorpecentes no interior da residência.

A versão por eles apresentada, todavia, foi desautorizada pelos elementos de prova amealhados.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE IBATÉ

FORO DE IBATÉ

VARA ÚNICA

RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

O policial militar José Leandro Baptista informou que chegou a suas mãos relatório de investigação que apontava a prática do tráfico de entorpecentes no endereço indicado na denúncia. Deslocou-se até lá, observando que o réu Kelvin estava sentado defronte à casa. O denunciado, ao notar a aproximação da polícia, ingressou no imóvel, no qual reside. Em seu poder, em um dos bolsos de sua bermuda, foi localizada a quantia de R\$ 217,00. Indagado, o acusado disse que de ilícito em sua residência havia apenas duas bicicletas produto de subtração. Em buscas na casa, todavia, foram localizados embaixo de uma cama os entorpecentes apreendidos. Mencionou a testemunha que o corréu Wellington também estava no local, em um dormitório, acrescentando que Kelvin, após a localização dos tóxicos, admitiu que ambos promoviam em conjunto o comércio clandestino.

De outra parte, as testemunhas Marlene Aparecida Cavalheiro Cabrobó e Valéria Patrícia de Toledo nada declararam que contradissesse o testemunho do policial militar, em relação ao qual não há motivo para levantar suspeição.

As declarações do agente público indicam que, na oportunidade, não apenas o réu Kelvin, que reside no imóvel em que foi localizada a droga e que portava elevado valor em dinheiro no momento da operação policial, mas também o corréu Wellington, promovia a atividade ilícita, tendo em vista as circunstâncias da abordagem e a delação informal levada a efeito pelo outro denunciado.

Impõe-se, em consequência, a condenação de ambos acusados, não se cogitando a desclassificação, haja vista a incompatibilidade da quantidade de entorpecentes com o consumo pessoal e tendo em vista a apreensão de numerário e a existência de informações anteriores que indicavam a prática do tráfico no local do fato.

Passo a dosar as penas.

Em apreço ao disposto no artigo 42 da Lei 11.343/06, anoto que a natureza do tóxico ("crack", substância que provoca efeitos deletérios devastadores) e a quantidade comercializada (115 "ependorfs") impõem a fixação da pena-base acima do mínimo legal. Elevo-a de 1/6 (um sexto), totalizando 5 (cinco) anos e 10 (dez) meses de reclusão e 583 (quinhentos e oitenta e três dias-multa).

À vista do teor das certidões de fls. 139 e 147, reconheço, em desfavor de ambos os réus, a agravante da reincidência, aumentando a pena de 1/6 (um sexto), perfazendo-se 6 (seis) anos, 9 (nove) meses e 20 (vinte) dias de reclusão e 680 (seiscentos e oitenta) dias-multa.

Torno-a definitiva, pois não há outras circunstâncias que autorizem a exasperação ou o abrandamento, apresentando-se inviável, em razão da reincidência, o reconhecimento da causa de diminuição descrita no parágrafo 4º do artigo 33 da Lei 11.343/06.

Fixo multa mínima, em razão da capacidade econômica dos agentes.

Com fundamento no artigo 2º, §1º, da Lei 8.072/90, estabeleço regime fechado para início do cumprimento da pena privativa de liberdade imposta.

Não estão presentes os requisitos legais para a substituição da pena (artigo 44 do Código Penal).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE IBATÉ

FORO DE IBATÉ

VARA ÚNICA

RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Ante o exposto, **JULGO PROCEDENTE** a ação penal e condeno os réus WELLINGTON LUIS ALEIXO DE SOUZA e KELVIN HELIO DE SOUZA, por infração ao artigo 33, "caput", da Lei 11.343/06, à pena de 6 (seis) anos, 9 (nove) meses e 20 (vinte) dias de reclusão, em regime inicial fechado, e ao pagamento de 680 (seiscentos e oitenta) dias-multa, na forma especificada.

Permanecem as condições de fato que ensejaram a decretação da prisão preventiva, de modo que não se autoriza recurso em liberdade.

Recomendem-se os réus na unidade em que estão recolhidos.

Declaro o perdimento dos bens e do valor apreendidos, porquanto decorrentes da atividade ilícita. Determino a destruição dos entorpecentes.

P.I.

Ibaté, 24 de janeiro de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**